

POLÍTICAS PÚBLICAS ACESSADAS PELOS AGRICULTORES DO GRUPO AGROECOLÓGICO DO REMANSO - CANGUÇU/RS PARA O DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DA AGROECOLOGIA

Public policies accessed by the farmers of the Remanso's agroecological group - Canguçu/RS to the development and strengthening of agroecology

Políticas públicas a las que acceden los agricultores del grupo agroecológico de Remanso - Canguçu/RS para el desarrollo y fortalecimiento de la agroecología

Janete Webler Cancelier*
Queli Rejane da Silva Konzgen**
Jussara Mantelli***

*Universidade Federal de Santa Maria –

** Universidade Federal de Santa Maria – janetewc@gmail.com queliufpel@gmail.com

*** Universidade Federal do Rio Grande – jussaramantelli@furg.br

Recebido em 05/02/2022. Aceito para publicação em 08/06/2022.
Versão online publicada em 08/11/2022 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo:

Este trabalho tem por objetivo compreender o papel das políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar, especificamente dos integrantes do Grupo Agroecológico do Remanso, situado em Canguçu/RS. Para alcançar o objetivo proposto, os seguintes procedimentos metodológicos foram utilizados: revisão bibliográfica sobre a temática; coleta de dados primários através dos trabalhos de campo; análise e organização dos dados. O Grupo Agroecológico do Remanso realiza suas atividades de produção e comercialização desde o ano de 1995. Os resultados demonstram que, apesar de nos últimos anos haver a ampliação de Programas e políticas públicas vinculadas aos agricultores familiares, estas ainda são insuficientes para promover o fortalecimento da agricultura de base agroecológica. A ausência do Estado, na consolidação de políticas públicas específicas para a agroecologia coloca em risco a permanência destes agricultores.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Agroecologia. Políticas Públicas. Grupo Agroecológico do Remanso.

Abstract:

This work aims to understand the role of public policies for the strengthening of family farming, specifically for the members of the Agroecological Group of Remanso, located in Canguçu/RS. To achieve the proposed objective, the following methodological procedures were used: literature review on the subject; primary data collection through field work; analysis and organization of data. The Agroecological Group of Remanso has been carrying out its production and marketing activities since 1995. The results show that, despite the expansion

of programs and public policies linked to family farmers in recent years, these are still insufficient to promote strengthening of agroecologically based agriculture. The absence of the State in the consolidation of specific public policies for agroecology puts the permanence of these farmers at risk.

Key-words: Family Agriculture. Agroecology. Public Policies. Remanso's Agroecological Group.

Resumen:

Este trabajo tiene como objetivo comprender el papel de las políticas públicas para el fortalecimiento de la agricultura familiar, específicamente de los integrantes del Grupo Agroecológico Remanso, ubicado en Canguçu/RS. Para lograr el objetivo propuesto, los siguientes procedimientos metodológicos se utilizaron: revisión bibliográfica sobre el tema; encuesta de datos primarios a través del trabajo de campo; análisis y organización de datos. El Grupo Agroecológico Remanso desarrolla sus actividades de producción y comercialización desde 1995. Los resultados muestran que, a pesar de la expansión de programas y políticas públicas vinculadas a la agricultura familiar en los últimos años, estos aún son insuficientes para promover el fortalecimiento de la agricultura de base agroecológica. La ausencia del Estado en la consolidación de políticas públicas específicas para la agroecología pone en riesgo la permanencia de estos agricultores.

Palabras-clave: Agricultura Familiar. Agroecología. Políticas públicas. Grupo Agroecológico Remanso.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar faz parte da história do Brasil e é fundamental para a economia de muitos municípios brasileiros, sendo geradora de renda e emprego inclusive no município de Canguçu/RS. Essa categoria sofre, ao longo do tempo, a carência de políticas públicas e de ações mais efetivas de alcance nacional têm dificultado seu fortalecimento.

Esse processo é resultante do modelo de desenvolvimento político/econômico adotado no Brasil, o qual, tem se ocupado em beneficiar a agricultura empresarial em detrimento da familiar. Contudo, também beneficia a familiar quando esta se liga aos interesses políticos/econômicos, como é o caso das políticas de incentivo à integração intersetorial.

As mudanças para a agricultura familiar começam a surgir no cenário político institucional de forma efetiva a partir dos anos noventa, período no qual, pelas pressões da sociedade civil organizada, foram criados mecanismos com o objetivo de oferecer aportes à continuidade da agricultura familiar. Pela primeira vez na história do Brasil, são criadas leis que beneficiam e reconhecem a especificidade da agricultura familiar, enquanto segmento diferenciado, que merece ser atendido com assistência técnica e linhas específicas de financiamentos de acordo com a realidade presente para o segmento. Estes aportes, ainda que inferiores aos recebidos pela agricultura empresarial, ampliaram a possibilidade de permanência da agricultura familiar.

Um dos recursos criados é o Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar (PRONAF). Além desse Programa, ainda se destacam no cenário nacional demais políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, entre as quais estão: Previdência Social Rural, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Estes Programas são essenciais, na medida que o acesso às políticas públicas auxilia no desenvolvimento das atividades do núcleo familiar, estimulando a produção e comercialização de alimentos, gerando renda e diversificação produtiva, na oferta de alimentos de qualidade (SILVA, HESPANHOL, 2016).

Neste contexto, este artigo objetiva compreender o papel das políticas públicas para o desenvolvimento e fortalecimento dos agricultores familiares do município de Canguçu/RS, integrantes do Grupo Agroecológico do Remanso, bem como a dinâmica socioeconômica a partir da evolução histórica do local e das formas que os atores sociais têm de produzir e vivenciar o espaço.

Nesse sentido, organizou-se a presente reflexão em itens: na introdução já apresentamos o lócus da pesquisa, onde são trazidos elementos que possibilitam ao leitor a compreensão sobre as atividades desenvolvidas no espaço rural do município de Canguçu; na sequência as explanações são de natureza metodológica; posteriormente, apresenta-se discussões de natureza teórica/conceitual sobre as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar; o Grupo Agroecológico do Remanso, elaborado a partir da pesquisa de campo, no qual se apresentam dados sobre a composição das famílias inseridas no grupo, os principais parceiros do grupo agroecológica do Remanso e as políticas públicas acessadas pelo grupo Remanso; por fim, apresentam-se as considerações finais.

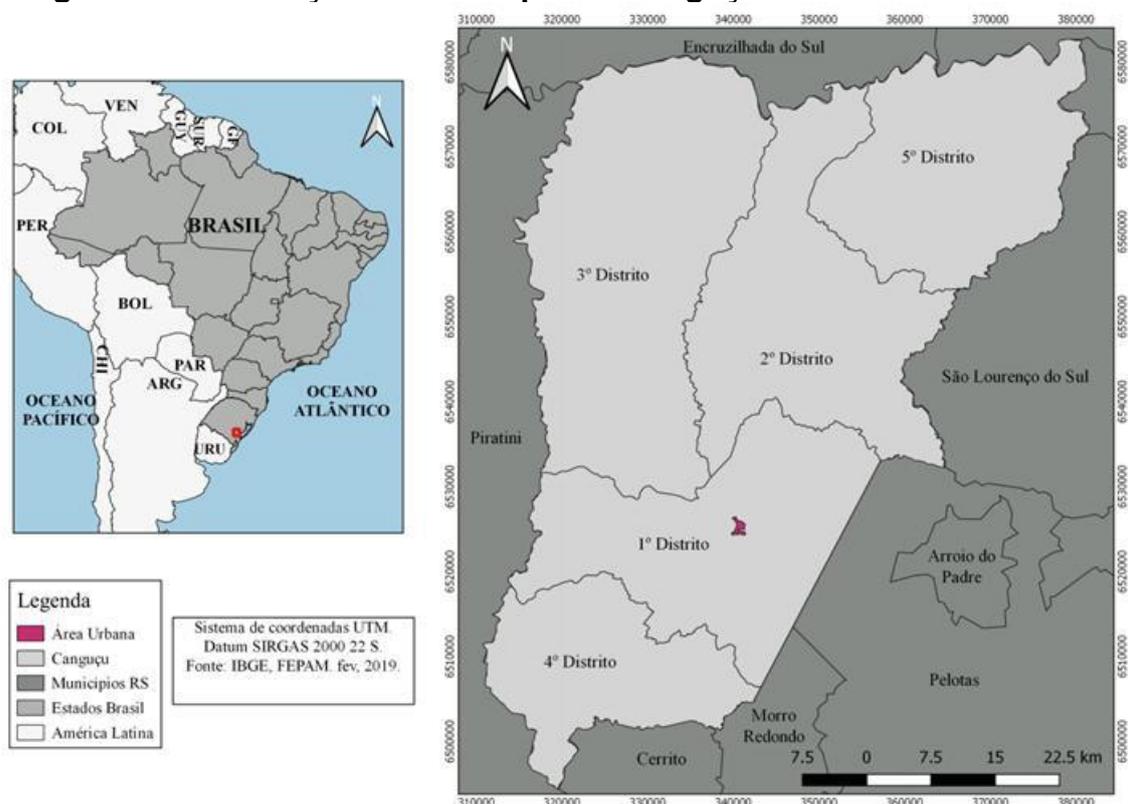
Como área de abrangência da análise (lócus de pesquisa), elenca-se o município de Canguçu, localizado na região fisiográfica da Serra do Sudeste, no Escudo Cristalino sul-rio-grandense, conforme Figura 1. O município é dividido em cinco distritos, sendo que no primeiro está localizada a sede municipal. No ano de 2010, havia um total de 53.259 habitantes, sendo 33.565 (63,02%) moradores do meio rural e 19.694 (36,98%) moradores do meio urbano (IBGE, 2010).

Canguçu é conhecido como a “Capital Nacional da Agricultura Familiar”. De acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), o número de estabelecimentos agropecuários do referido município estava representado por um total de 8.075 estabelecimentos, sendo que 6.691 destes eram familiares e 1.384 não familiares.

No que tange ao uso do solo e às atividades desenvolvidas no meio rural, a maior composição da paisagem está composta pelo cultivo do tabaco, sendo esse predominante. Segundo a Associação dos Fumicultores do Brasil - AFUBRA (2021) na safra 2020/2021, Canguçu apresentou a maior produtividade da cultura do tabaco, isso a nível nacional, com 19.054 toneladas. A AFUBRA (2021) também destaca que são mais de cinco mil produtores de tabaco no município de Canguçu.

Em menor proporção, estão os agricultores familiares que se dedicam à uma produção alimentar diversificada de base agroecológica que aparecem como uma categoria que se diferencia da agricultura empresarial, tanto na forma de produzir, como na comercialização dos produtos, priorizando os canais curtos de comercialização. Neste contexto, estão os agricultores que constituem o Grupo Agroecológico do Remanso, cujas práticas produzem múltiplas paisagens. Diferentemente do cultivo do tabaco, os agricultores agroecológicos, se destacam pelo desenvolvimento de uma agricultura sustentável, pela manutenção dos recursos naturais e da biodiversidade, além de cumprir com a função social de fornecedor de alimentos.

Figura 1 - Localização do município de Canguçu/RS



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

O Grupo Agroecológico do Remanso está localizado no 1º distrito do município de Canguçu/RS. Foi criado em 1995, por meio de um trabalho desenvolvido pelo Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), onde, agricultores do Remanso visitaram o Centro Ecológico Ipê¹, e conheceram práticas de produção, comercialização e as experiências agroecológicas praticadas na região. Ao retornarem as suas propriedades, implementaram a produção agroecológica.

Dentre as políticas públicas federais que mais se institucionalizam no município e na localidade de Remanso está a Previdência Social. De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

– Agência Canguçu (2021), no mês de junho de 2021, o município possuía 17.075 beneficiáriosⁱⁱ, deste total, 12.264 eram rurais e o restante urbano. Considerando o número de beneficiários rurais do mês de junho de 2021 e considerando que cada um recebe um salário mínimo (valor do salário mínimo de 2021: R\$ 1.100,00), e devido à pandemia de COVID-19, a segunda parcela do 13º salário que corresponde a 50% (R\$ 550,00) do benefício foi paga aos beneficiários rurais no mês de junho, constata-se que apenas no referido mês mais de 20 milhões de reais giraram no município.

A relevância do estudo consiste em sistematizar dados e informações com o propósito de compreender as diferentes políticas públicas acessadas pelo grupo, assim como a importância destas para a reprodução social. As análises foram realizadas conjuntamente à coleta de dados qualitativos, para auxiliar na interpretação dos dados obtidos e na discussão dos resultados utilizou-se gráficos e tabelas (nomeados como figuras).

METODOLOGIA

A pesquisa se embasa na abordagem qualitativa. “Apresenta uma abordagem interpretativa que se propõe traduzir e expressar o fenômeno estudado” (MATOS; PESSÔA, 2009, p. 282). Se caracteriza pela natureza exploratória descritiva que, segundo Gil (2010), oferece maior familiaridade com o problema, ao ser flexível e considerar diversos aspectos do objeto estudado.

Para seu desenvolvimento, utilizou-se pesquisa bibliográfica, documental, de campo e análises.

Realizou-se um levantamento bibliográfico para caracterizar a área de pesquisa. Posteriormente, coletaram-se dados de fonte secundária, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censos Agropecuários e Demográficos, no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e na Prefeitura Municipal de Canguçu.

Os dados qualitativos foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas dirigidas a 13 sujeitos ligados diretamente ao Grupo Agroecológico do Remanso do município de Canguçu – RS, sendo 10 deles agricultores do grupo. No ano de 2019, o Grupo Agroecológico do Remanso era composto por 10 famílias, totalizando 32 pessoas. Na pesquisa entrevistou-se um membro de cada família. O universo da pesquisa consiste em 10 unidades familiares, das quais 100% foram entrevistadas. Em relação aos representantes de entidades, foram selecionados aqueles que possuíam uma relação direta com o grupo pesquisado.

Dos 13 sujeitos entrevistados, 10 são considerados agricultores familiares (denominados de A-1 a A-10), e 3 representantes de entidades, sendo: 1 do Grupo Agroecológico do Remanso, 1 da Associação Regional dos Produtores Agroecologistas da Região Sul (ARPA-SUL), e 1 do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), (denominados de E-1 a E-3). Todas as entrevistas foram realizadas no ano de 2019.

As entrevistas ocorreram de forma direta, com questões abertas e fechadas, e seguiram um roteiro determinado de questões. Com os agricultores familiares buscou-se identificar as principais estratégias de reprodução social e econômica adotadas pelo grupo, bem como, as políticas públicas acessadas. Com os representantes de entidades objetivou-se conhecer os projetos e as ações direcionadas aos agricultores agroecológicos do Remanso e como essas tendências se materializam no espaço ocupado pelos agricultores. No momento posterior à coleta de dados qualitativos, a análise e a interpretação dos resultados propiciaram a discussão dos dados obtidos.

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Políticas públicas são criadas e institucionalizadas pelo Estado, objetivando atender direitos previstos na Constituição Federal, garantindo o bem estar da sociedade. Direitos não previstos na lei podem ser inseridos e garantidos através de uma política pública.

No que se refere ao espaço rural, especificamente aos agricultores familiares, o acesso às políticas está diretamente vinculado a regulamentação e reconhecimento por parte do Estado da categoria agricultura familiar.

O termo agricultura familiar foi introduzido no cenário político brasileiro na década de 1990. De modo geral, naquela década, iniciaram-se as reivindicações pela valorização da agricultura familiar e os movimentos sociais lutavam pela garantia do direito a terra. No ano de 1994, depois das pressões do I Grito da Terra Brasil, surge o Programa de Valorização do Pequeno Agricultor, e, com isso, esboçam-se as primeiras políticas públicas reconhecendo a agricultura familiar. Anterior ao início da década de 1990 não existia nenhuma política pública destinada ao atendimento das necessidades específicas da agricultura familiar.

O Movimento Sindical Rural e as reivindicações dos trabalhadores rurais contribuíram significativamente para as mudanças. Além disso, estudos realizados conjuntamente pela FAO/INCRA definem com maior precisão conceitual a agricultura familiar e estabelecem um conjunto de diretrizes que nortearia a formulação de políticas para a agricultura familiar (MATTEI, 2001).

Conforme Navarro (2010), através dos movimentos políticos-sindicais comandados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), muitas das propostas apresentadas ao governo foram incluídas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado por intermédio do Decreto Nº 1.946, de 28 de junho de 1996. A partir da criação do PRONAF, a expressão “agricultura familiar” se consolidou e atualmente, está institucionalizada no contexto de políticas públicas. Com a implementação desse programa, ao longo do tempo:

[...] vem se observando crescentes entraves, exatamente porque a expressão é limitadora, em face da heterogeneidade estrutural que caracteriza as áreas rurais. Ou seja, se a institucionalização de tal noção representou, em uma dada conjuntura, uma vitória política dos pequenos

produtores, antes marginalizados da ação governamental, atualmente é expressão que vai restringindo, cada vez mais nitidamente, o aperfeiçoamento das políticas públicas para os produtores familiares. Assim, é urgente o debate sobre tal noção, expandindo-a em suas particularidades empíricas, com o intuito de demonstrar a imensa diversidade social e produtiva que caracteriza as regiões agrárias – e, como consequência, permitindo o aprimoramento da ação pública em benefício deste imenso conjunto de produtores (NAVARRO, 2010, p. 195-196).

Tomando como referência a perspectiva ideológica/política adotada no Brasil, percebe-se que os demais termos utilizados anteriormente entre os quais cita-se: camponato, pequenos produtores, agricultores de subsistência, agricultores de baixa renda, produção familiar rural e produção familiar coletiva (SCHMITZ e MOTA, 2010), são destituídos perante as políticas públicas no momento em que para o acesso a elas a única definição aceita é a de agricultura familiar. Esse processo ocorreu inicialmente pela expansão e valorização do agronegócio e pelo incentivo das políticas públicas para a utilização do termo agricultura familiar como superação principalmente do conceito camponato.

Inserir o agricultor no mercado possibilitando o acesso a financiamentos seria o principal objetivo dessa nomenclatura. A ideologia pregada no uso da expressão agricultura familiar nas políticas públicas, segundo Boas (2018), busca romper com o tradicional, existe em função do sujeito e promove não apenas a reprodução das relações sociais de produção, mas também pode transformá-las.

Nesse cenário, tais políticas destinadas aos agricultores familiares vêm se materializando em distintos espaços, contextos e tempos. Como não atingem de forma igualitária todos os espaços rurais do país, acabam produzindo muitas desigualdades, fenômeno que fica mais evidente quando prevalecem interesses políticos/ideológicos. A burocracia e as exigências feitas excluem a maioria dos agricultores. Contudo, de forma geral, políticas específicas para a agricultura familiar são um avanço, na medida em que reconhecem e identificam o agricultor familiar como um segmento diferenciado do empresarial.

Entre as políticas públicas federais que impactam a agricultura familiar destacam-se: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); a Previdência Social Rural; o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Políticas estas que vem sendo desmanteladas, principalmente nos últimos 5 anos.

Nunes et al. (2014), destacam que as políticas públicas estimulam o processo de dinamização econômica e social, e compreendê-las implica um exame atento acerca dos fundamentos teóricos que orientam sua elaboração e execução. De acordo com os autores, a estrutura de Estado e o modelo de desenvolvimento exercem grande influência sobre as formulações das políticas públicas, chegando a definir, em determinadas circunstâncias, tanto o seu caráter quanto seu conteúdo. Dessa forma, concorda-se com os autores

quando afirmam que "estas, mais do que gerenciar o presente, devem identificar mecanismos que possibilitem um futuro com maior equidade política, econômica e social" (NUNES et al, 2014, p. 94-95).

O PRONAF tem possibilitado aos agricultores o acesso de créditoⁱⁱⁱ, o qual geralmente é utilizado para a compra de insumos e maquinários, proporcionando aumento da produtividade e ampliação da renda. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2019), o PRONAF financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Esse programa também possui as linhas de crédito: PRONAF Custeio; PRONAF Mais Alimentos – Investimento; PRONAF Agroindústria; PRONAF Agroecologia; PRONAF Eco; PRONAF Floresta; PRONAF Semiárido; PRONAF Mulher; PRONAF Jovem; PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares; PRONAF Cota-Parte; Microcrédito Rural.

Nos últimos anos, as linhas de crédito foram ampliadas, contudo, seu acesso ainda é limitado, vinculado a regras do Sistema Bancário, não chega a todo o conjunto dos agricultores (BIANCHINI, 2015). Agricultores familiares que não se enquadram nas normativas da Lei nº 11.326/2006 estão impossibilitados de acessar o programa. Nesse sentido, destaca-se que a bibliografia especializada refere que a própria tipologia de agricultor familiar diz respeito a grupos socialmente localizados predominantemente nas regiões Sul e Sudeste do país. Corroborando com essa assertiva, há inúmeras “linhas” existentes no programa, resultado da diversidade e heterogeneidade desse grupo.

No que se refere à Previdência Social Rural, Delgado e Cardoso Júnior (1999), evidenciam que a aposentadoria aos idosos e inválidos do meio rural foi implementada em 1972, com o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) ligado ao Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL). Esse direito, constituído de meio salário mínimo, era restrito apenas ao chefe da família com idade mínima de 65 anos. Somente a partir da Constituição Federal de 1988, foi previsto o regime de universalização do direito à Previdência Social Rural para ambos os sexos e a partir de 1992 ocorreu a efetiva aplicação, onde ficou definida entre outras questões a aposentadoria por idade (60 anos para homens e 55 para mulheres) e o estabelecimento de um piso de aposentadorias de um salário mínimo (DELGADO; CARDOSO JUNIOR, 1999, p.1).

Nesse sentido, a previdência social rural compreende a política pública de maior abrangência e a mais implementada no meio rural brasileiro. A renda proveniente das aposentadorias dinamizam economicamente muitos municípios, sendo inclusive a única fonte de recursos de muitas propriedades, principalmente em espaços onde a produção agrícola por diferenciados motivos encontra-se em declínio.

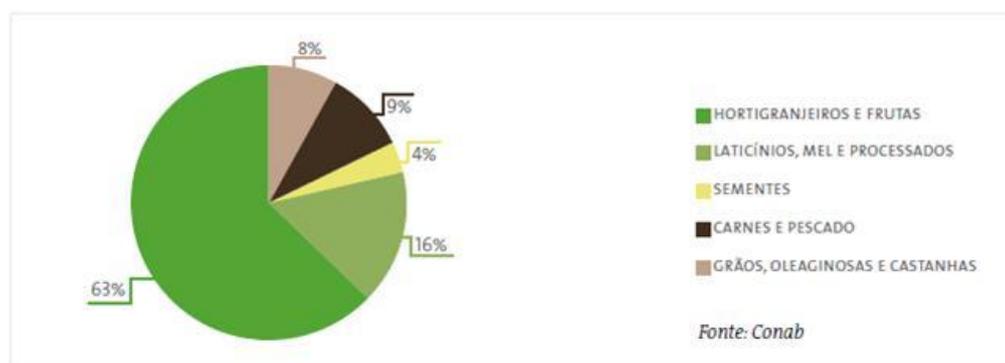
Já o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), se instituiu com a Lei Complementar Nº 93, de 04 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003, com a fusão do Programa de Crédito Fundiário - Combate à Pobreza Rural e do Banco da Terra. O objetivo é

contribuir com o acesso à terra, a diminuição da pobreza e a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares, sem terra ou com pouca terra (RODRIGUES; RAMOS, 2017). Dessa forma, a compra do imóvel rural ocorre por meio de financiamento perante amparo dos recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA).

O referido programa atua com três linhas de financiamento: a) consolidação da agricultura familiar, que favorece de modo individual agricultores familiares, arrendatários, parceiros e meeiros com terra insuficiente para garantir a reprodução social; b) primeira terra e c) combate à pobreza rural, linha criada para atender as famílias rurais mais carentes, de menor renda, podendo esse recurso ser utilizado para aquisição de terra e projetos de infraestrutura comunitária.

Por sua vez, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi criado pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, sendo constituído como uma ação estruturante no contexto da proposta do Fome Zero (CONAB (2010)). O PAA promove o acesso das populações em situação de insegurança alimentar a alimentos e à inclusão social e econômica no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar (CONAB, 2010). Esse programa também propicia a aquisição, por parte do Governo Federal, de alimentos produzidos pela agricultura familiar por intermédio de cooperativas rurais, organizações ou, ainda, individualmente. A partir da Figura 2, pode-se observar os produtos que foram adquiridos pelo programa no ano de 2018.

Figura 2- Produtos adquiridos pelo PAA em 2018



Fonte: CONAB, 2018.
Organizado pelas autoras (2020).

Os alimentos são destinados a entidades da rede socioassistencial, mercados institucionais (merenda escolar, instituições prisionais, forças armadas), Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019). A partir da Figura 3 visualiza-se as entidades atendidas pelo programa no ano 2018.

Figura 3 - Entidades atendidas pelo PAA em 2018



Fonte: CONAB, 2018.
Organizado pelas autoras (2020).

De acordo com os apontamentos de Nunes et al. (2014, p. 115), o PAA como política inovadora se concentra em três pontos:

- i) em valorizar e manter a produção de culturas consideradas tradicionais (antes desprezadas pelas políticas agrícolas nos modelos exógenos e especializados), reforçando a diversificação da agricultura familiar; ii) em criar organizações coletivas e consolidar as existentes (grupos, cooperativas, redes etc.) e viabilizar o funcionamento das novas; e iii) aquecer a economia da região por criar novos mercados locais e regionais e consolidar os existentes.

Ainda que o PAA se configure como uma política pública de cunho social, extremamente relevante e com potencial significado para os municípios onde ocorrem, sua acessibilidade é restrita, na medida em que somente os agricultores que atendam aos requisitos da Lei 11.326/2006, podem acessar o programa. Para participar individualmente, os fornecedores devem possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), instrumento que qualifica a família como da agricultura familiar. Já as organizações de agricultores, devem deter a DAP Especial Pessoa Jurídica ou outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do PAA para participar (CONAB, 2018).

No ano de 2018, o programa atendeu a um total de 9.675 beneficiários fornecedores em todo o Brasil. Todas as regiões do Brasil em diferentes proporções acessam o PAA. Contudo, o maior percentual de recursos é destinado à região Nordeste, haja vista que nessa área está presente a maior proporção de municípios (177), que participam do programa, totalizando 4049 beneficiários fornecedores (CONAB, 2018). Apesar da expressividade de participação desta região, salienta-se que o maior percentual dos produtos comercializados são in natura, com baixo valor agregado. Nesse contexto, investimentos públicos para a agroindustrialização dos produtos via cooperativas e ou associações poderiam ampliar substancialmente a renda dos agricultores e dinamizar a região.

Outra política pública que pode ser acessada pelos agricultores familiares é

o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o qual visa:

[...] garantir, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos estudantes de toda a educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Sua finalidade é a de atender às necessidades nutricionais dos estudantes na sua permanência em sala de aula, contribuindo para uma melhor aprendizagem e rendimento escolar, bem como promover hábitos alimentares mais saudáveis (NUNES et al. 2014, p. 117).

No PNAE os recursos destinados para a compra de alimentos para a merenda escolar são transferidos aos estados e municípios. A Lei Nº 11.947/2009 determina que 30% dos recursos repassados pelo Governo Federal para a compra da merenda escolar sejam utilizados na aquisição de produtos diretos da agricultura familiar. Essa lei reconhece a unidade familiar como apta a fornecer alimentos saudáveis e de qualidade, garantindo a comercialização da produção, com preço fixo pago aos produtores, estimulando, assim, a produção de alimentos direcionados a instituições educacionais.

Programas como o PAA e o PNAE auxiliam diretamente na geração de renda em unidades agrícolas familiares, tendo em vista que o acesso ao mercado e à comercialização da produção se apresenta como um entrave para significativo percentual de agricultores que não estão vinculados à produção de determinadas cadeias produtivas. Nessa conjuntura, os programas institucionais citados estão proporcionando uma alternativa de acesso ao mercado e, em muitos casos, se configurando como a única fonte de renda, possibilitando, dessa forma, a circulação de dinheiro na economia local, para consumo tanto dos agricultores quanto dos consumidores de alimentos que atendem aos princípios da segurança alimentar.

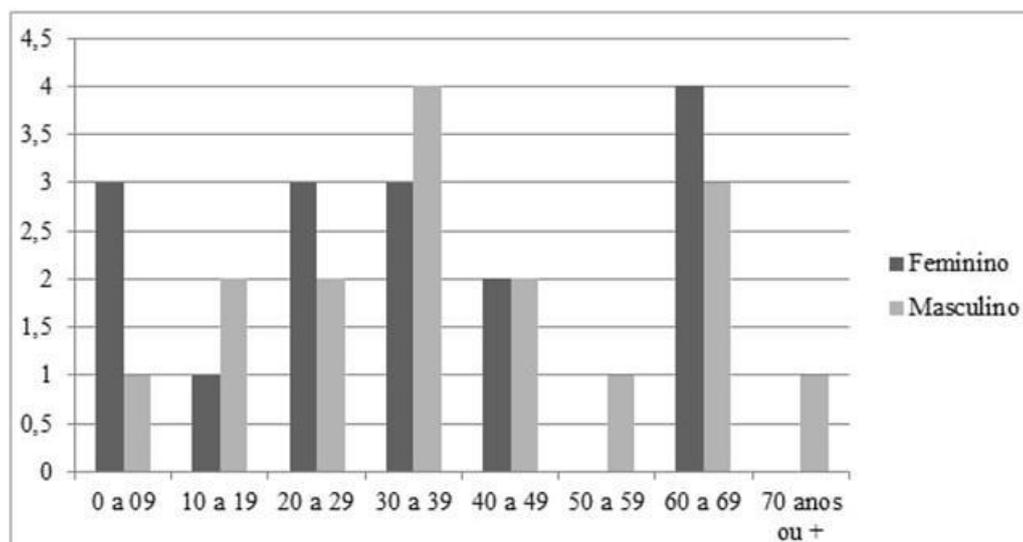
O GRUPO AGROECOLÓGICO DO REMANSO

Na atualidade, ao se analisar o espaço rural, inclusive o de Canguçu/RS, percebe-se que sua função se alterou com o tempo, apresentando realidades distintas e complexas. Novos atores e sujeitos estão presentes e as exigências sobre o espaço rural ultrapassam a simples função daquilo que o rural pode produzir e ficam, segundo Souza (2006), “mais centradas naquilo que os inúmeros interesses econômicos, políticos e sociais desejam que produzam o que traz implicações quanto a reprodução da agricultura familiar”. Nessa conjuntura, estão inseridos os agricultores agroecológicos da localidade do Remanso. Para a realização de pesquisa considerou-se o grupo familiar como unidade de análise.

No ano de 2019, o Grupo Agroecológico do Remanso era composto por 10 famílias, totalizando 32 pessoas, sendo 16 mulheres e 16 homens. Em relação à faixa etária (Figura 4), 53% do grupo pesquisado possuíam idades de 20 a 59 anos.

Aqueles com idade entre 0 a 10 anos, representavam 15% do grupo, sendo estes considerados os futuros sucessores da propriedade familiar. O grupo inserido na faixa etária entre 60 a 70 anos, por sua vez, representava 25% do total, e, ao considerar aqueles com mais de 50 anos, esse percentual chega a 28%, o que demonstra um visível processo de envelhecimento da população rural do distrito, o qual segue o cenário que se manifesta em nível nacional.

Figura 4 – Faixa etária dos membros das famílias



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

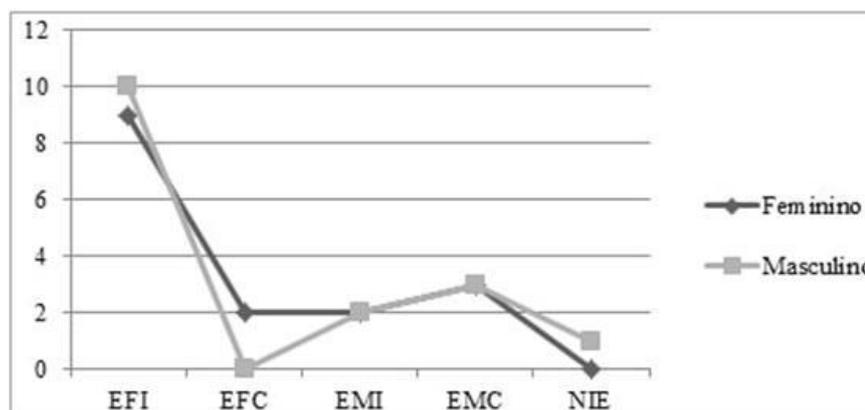
Aqueles com idade entre 0 a 10 anos, representavam 15% do grupo, sendo estes considerados os futuros sucessores da propriedade familiar. O grupo inserido na faixa etária entre 60 a 70 anos, por sua vez, representava 25% do total, e, ao considerar aqueles com mais de 50 anos, esse percentual chega a 28%, o que demonstra um visível processo de envelhecimento da população rural do distrito, o qual segue o cenário que se manifesta em nível nacional.

No que tange à relação entre escolaridade e sexo (Figura 5), do total de membros das famílias pesquisadas: 19 pessoas possuem o ensino fundamental incompleto, sendo 09 do sexo feminino e 10 do sexo masculino, destes, 04 ainda estão cursando. Dois depoentes possuem o ensino fundamental completo, sendo do sexo feminino. Já para o ensino médio, constatou-se que 06 possuem o completo, sendo 03 do sexo feminino e 03 do sexo masculino e 04 pessoas possuem o ensino médio incompleto. Nenhum dos depoentes possui ou está cursando o ensino superior e 01 membro não está em idade escolar (NIE).

A baixa escolaridade é um fenômeno presente e atuante no espaço rural do Brasil, também materializado na área de pesquisa. As políticas públicas adotadas de fechamento das escolas do campo ampliam o problema, haja vista que os agricultores possuem dificuldade em se deslocar até a área urbana para estudar, sobretudo os adultos, já que são responsáveis pelos afazeres da casa

e da produção. O acesso a educação é um direito de todo e qualquer indivíduo. Por sua vez, a educação do campo caracteriza-se como uma educação estratégica, voltada para a formação de sujeitos que possam promover a transformação da realidade daqueles que vivem no campo.

Figura 5 - Relação entre escolaridade e sexo dos membros



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A baixa escolaridade é um fenômeno presente e atuante no espaço rural do Brasil, também materializado na área de pesquisa. As políticas públicas adotadas de fechamento das escolas do campo ampliam o problema, haja vista que os agricultores possuem dificuldade em se deslocar até a área urbana para estudar, sobretudo os adultos, já que são responsáveis pelos afazeres da casa e da produção. O acesso a educação é um direito de todo e qualquer indivíduo. Por sua vez, a educação do campo caracteriza-se como uma educação estratégica, voltada para a formação de sujeitos que possam promover a transformação da realidade daqueles que vivem no campo.

Considerando a relação entre escolaridade e faixa etária, observou-se que os membros das famílias com menor grau de instrução é formado pela população da faixa etária a partir dos 30 anos de idade. Essa baixa escolaridade também é resultante, entre outros fatores, da falta de condições financeiras da família, da necessidade de realizar as atividades nas propriedades, da extensa jornada de trabalho e da carência de transporte escolar público.

Neste contexto, fica evidente que as políticas públicas adotadas vêm produzindo um campo com muitas desigualdades, um campo que não permite o acesso a um direito universal, tampouco o ensino para a população em seu espaço de vivência. A educação ofertada aos povos do campo segundo Caldart (2011, p. 149-150),

Deve ser uma educação que seja no e do campo, no: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

Com relação à propriedade da terra, dos dez agricultores pesquisados, 60% são proprietários, 20% proprietário + parceria e 20% parceria. A propriedade da terra é essencial para assegurar a autonomia e a continuidade do trabalho desenvolvido com a agroecologia pelos agricultores familiares. No que tange ao tamanho das propriedades, essas possuem áreas de 0,5 a 21 hectares. Nesses espaços, as famílias residem, cultivam produtos e criam animais destinados para o autoconsumo e para a comercialização.

Além da condição de proprietário, se faz presente a condição de parceria, a qual pode ser caracterizada como, uma forma não capitalista do uso da terra que os agricultores aderem para desenvolverem sua produção e em alguns casos ampliar a área de cultivo e a produção. A parceria, realizada na área de pesquisa, ocorre entre membros da mesma família, como, por exemplo, o filho planta em uma determinada parcela de terra dos pais de forma formal (contrato de parceria) ou informal. Isso proporciona a continuidade de famílias no espaço rural, desenvolvendo a produção agroecológica e, por conseguinte, gerando renda para a população envolvida.

Quanto à formação da renda nas propriedades (Figura 6), todos os pesquisados obtêm recursos em diferentes proporções com a comercialização de produtos agrícolas. Sete entrevistados vendem produtos da pecuária e seus derivados, como: queijo, manteiga, banha, entre outros. Cinco dos entrevistados responderam que um ou mais membros da família é aposentado ou pensionista do INSS, um desempenha atividades agrícolas fora da propriedade como empregado rural e seis agricultores relataram que parte da renda é formada por atividades não agrícolas dentro da propriedade, como mecânica de trator, artesanato doméstico e produção de produtos caseiros, como: suco de uva, mel, rapadura, extrato de tomate, caracterizando a presença da pluriatividade.

Figura 6 - Formação da renda nas propriedades



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

De acordo com Ploeg (2003), cotidianamente as unidades agrícolas

familiares desenvolvem uma série de estratégias, a fim de modificar, neutralizar, resistir e, por vezes, até acelerar os resultados da mercantilização, conforme a condição socioeconômica da unidade familiar. Ou seja, cria estratégias, para manter sua autonomia, incluindo, a pluriatividade.

Aqueles que possuem a renda proveniente somente das atividades agropecuárias compõem 80% do grupo, enquanto aqueles cujas rendas resultam entre a justaposição das demais rendas de atividades agropecuárias e não agrícolas representam 20% do total. Apesar da heterogeneidade das formas de acesso às rendas, as quais podem ser agropecuárias ou não agrícolas, as propriedades caracterizam-se essencialmente pelo cultivo dos agroecológicos, que é representativo para os agricultores familiares.

Os agricultores associados ao Grupo Agroecológico do Remanso produzem uma grande diversidade de produtos, dentre os quais destacam-se: abóbora, abobrinha italiana, cenoura, beterraba, alface, temperos verdes (salsa e cebolinha), rúcula, repolho, brócolis, tomate, espinafre, fava, feijão, ervilha, couve, couve-flor, pepino, mostarda, rabanete, pimentão, cebola, alho, vagem, mandioca, batata inglesa, batata-doce, amendoim, fumo ecológico, milho, maracujá, laranja, morango, uva, caqui, limão, melão e figo. Esses cultivos são produzidos intercalando técnicas tradicionais e modernas, como o uso de estufas e sistema de irrigação, adotando como referência os preceitos da agroecologia.

Os produtos agrícolas, com exceção do fumo ecológico e milho, são comercializados junto às feiras da Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul – ARPA-SUL, as quais ocorrem três dias por semana, duas na cidade de Pelotas/RS e uma em Canguçu/RS. Além desses espaços, os agricultores também comercializam a produção com os programas institucionais federais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), via Cooperativa Sul Ecológica. Encontrou-se, ainda, um agricultor que comercializa produtos com um restaurante ecológico da cidade de Pelotas/RS.

O fumo ecológico é cultivado por uma família, representando 10% dos entrevistados, sendo essa produção integrada com a indústria JTI^{iv}. Segundo relatos do pesquisado (2019), com o cultivo de fumo orgânico, o agricultor recebe por safra, considerando a média final, um incentivo de 60% em dinheiro a mais. O entrevistado relatou: "Plantamos fumo porque o meu irmão gosta de plantar, trabalhamos de parceria e o dinheiro vem de uma vez, assim conseguimos pagar o trator, já o dinheiro da feira é recebido toda a semana e gastamos tudo" (F-6, 2019). Esse tipo de produção (fumo ecológico) gera renda, mas é um produto não alimentício, exportado e sua finalidade é essencialmente para a fabricação do cigarro. Já o milho é produzido possui várias finalidades, sendo utilizado principalmente para a alimentação dos animais e seu excedente é comercializado.

Entre as atividades vinculadas à pecuária, estão presentes nas propriedades: porcos, galinhas, patos, ovelhas, gado de corte, gado leiteiro e peixes. A criação de animais e seus derivados ocorre, inicialmente, para atender as demandas internas das famílias, podendo o excedente ser

comercializado nos abatedouros e feiras.

No que tange às relações de trabalho, observou-se que tanto a produção quanto a comercialização é realizada exclusivamente pelos membros das famílias. Cada família organiza sua rotina para a distribuição das atividades.

Na produção agroecológica a diversificação produtiva, com hortaliças, verduras, frutas e criação de animais é de suma importância, pois a realização simultânea de distintas atividades viabiliza a entrada de renda. Ademais, as práticas utilizadas pelos adeptos da agroecologia com o desenvolvimento de uma agricultura sustentável tem propiciado a manutenção da biodiversidade das espécies.

Em relação aos parceiros do grupo agroecológico Remanso os entrevistados salientaram que a Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul (ARPA-SUL) e o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), são os principais mediadores, principalmente no acesso ao mercado. As parcerias realizadas tem permitido a permanência dos agricultores agroecológicos do Remanso.

A ARPA-SUL, foi fundada em 17 de setembro de 1995 e tem como objetivo proporcionar aos agricultores um espaço de venda dos seus produtos, evitando, a figura do intermediário. O grupo do Remanso está ligado a essa instituição desde o princípio. No ano da realização da pesquisa, a instituição era constituída por 23 famílias de cinco municípios da região sul do Rio Grande do Sul, sendo: Pelotas (04 famílias); Morro Redondo (04 famílias); Arroio do Padre (03 famílias); Canguçu (11 famílias); Turuçu (01 família).

A instituição fornece toda a infraestrutura que o agricultor precisa para trabalhar e, no caso do grupo em estudo, disponibilizou um caminhão que é utilizado por todo o grupo. Também possui um banco interno, possibilitando recursos para os agricultores a partir de um fundo rotativo, concede um empréstimo no valor máximo de 5 mil reais, no prazo máximo de 1 ano, sendo 6 meses sem juros e a partir do sexto mês, 1% de juro ao ano. A instituição estipulou o valor máximo do empréstimo dos recursos para abranger maior número de agricultores. Os bancos cobram altas taxas de juros, conseguir um empréstimo exige muita burocracia e não está acessível a todos os agricultores, e, por isso, a instituição disponibiliza esse serviço (E-01, 2019).

Toda a divulgação do trabalho da agroecologia com o nome das famílias produtoras, seu contexto, bem como as licenças, taxas e manutenção das lonas da feira, rótulos e fichas de controle, é realizado pela ARPA-SUL. Para arcar com estes gastos, é arrecado 2,5% em cada feira do total das vendas de cada agricultor para o fundo da entidade (E-1, 2019).

Já o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), fundado em 1978, apoia e auxilia os agricultores do Remanso. O principal objetivo é levar comida boa na mesa para o máximo possível de cidadãos, sendo inclusive este seu slogan.

Tal centro de apoio foi criado pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), com o intuito de promover justiça social no momento em que os pequenos agricultores familiares estavam sendo expulsos do meio rural,

devido à Revolução Verde (E-2, 2019). Os impactos desse novo modelo econômico implantado estavam gerando um empobrecimento dos pequenos agricultores e, conseqüentemente, o esvaziamento dos espaços rurais. Desde sua origem, a instituição se preocupa com a pequena propriedade familiar descapitalizada, organizando-a em grupos de pequenos agricultores e divulgando a agricultura agroecológica (IDE, 2008).

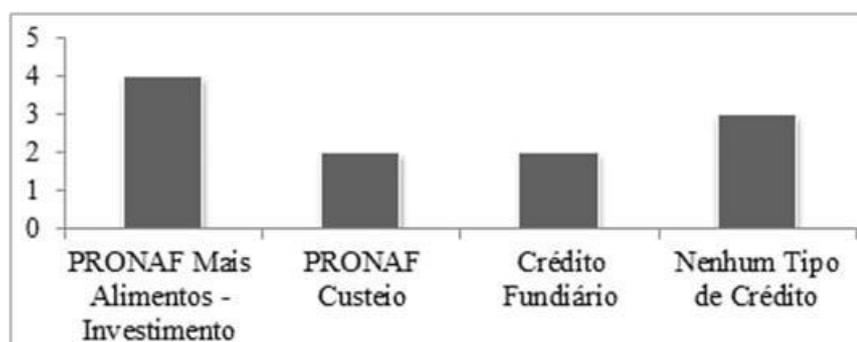
Veiga (2001), explicita a importância das parcerias e de um arranjo institucional que ajude a diagnosticar os principais problemas rurais de suas respectivas regiões e captar recursos necessários à sua execução. Ainda segundo o autor, trata-se de encorajar os municípios a valorizar o território que compartilham.

A instituição realiza no início de cada ano uma reunião com os agricultores integrantes do grupo agroecológicos do Remanso, momento no qual, são programadas as ações a serem efetivadas durante todo o ano. Durante o ano, ocorrem reuniões trimestrais e nesse intervalo entre os encontros o técnico agrícola visita as propriedades para prestar assistência ao agricultor.

No âmbito das políticas públicas acessadas pelo grupo Remanso, a partir da pesquisa de campo foi possível identificar que os agricultores familiares acessam diferentes políticas públicas, entre as quais estão: PRONAF; PAA; PNAE; PNCF; Previdência Social Rural.

No que tange as políticas públicas acessadas para investimentos na produção e propriedade observou-se que do total de agricultores entrevistados, quatro (04) acessam o PRONAF mais alimentos - investimento para a compra de máquinas e implementos agrícolas; dois (02) acessam a linha do PRONAF - custeio para investir na lavoura; dois (02) acessam o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) - uma relevante política de crédito fundiário que tem promovido e ampliado o desenvolvimento da agroecologia pela possibilidade de aquisição da propriedade da terra, ocasionando a permanências das famílias no meio rural; por fim, três (03) não acessam nenhum tipo de crédito rural, conforme Figura 7. Convém ressaltar que, os agricultores podem acessar simultaneamente mais de uma política pública.

Figura 7 - Políticas Públicas acessadas pelos agricultores do grupo do Remanso



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Apesar do grupo se caracterizar pela produção agroecológica, paradoxalmente nenhum membro acessa o PRONAF agroecologia, linha específica para agricultores agroecológicos. A esse respeito o depoente E- 03 (2019), expôs que [] *essa linha não é aplicada, porque os bancos tem um modelo para a realização do PRONAF através de uma tabela padrão, a qual não se enquadra nas demandas dos agricultores do Remanso []*. Complementando a retórica o agricultor A-9 (2019), salienta que *"se eu tentar acessar a linha da agroecologia, por exemplo, para financiar uma carga de esterco, não conseguirei, pois é necessário a cotação de preço dessa carga e o banco não possui tais informações, impedindo a solicitação"*.

Ainda que a agroecologia se coloque como uma alternativa viável de permanência para muitos agricultores familiares, os governos não a contemplam como uma política específica, direcionada as demandas específicas daqueles que produzem agroecológicos.

No que se refere às políticas públicas que auxiliam na comercialização dos produtos apenas dois agricultores, o que representa 20% do total, acessaram o PAA e PNAE. O acesso aos programas ocorre via Cooperativa Sul Ecológica^v, onde fornecem cebola, cenoura e beterraba. Em ambos casos a quantidade comercializada é pequena, os mesmos não participam das chamadas públicas de forma regular, o que decorre, segundo os depoentes A-4 e A-1 (2019), da insuficiência de produtos para atender as demandas contínuas dos programas.

Não vendemos porque não temos o suficiente para vender para a Cooperativa Sul Ecológica. Antes comercializávamos os produtos de época, como cebola. Eles (Cooperativa Sul Ecológica) fazem um planejamento/estimativa do que tu tem ao longo do ano e eles buscam mercado e agente se prepara para produzir e vender, porém, assim, nós como moramos longe não podemos levar verduras, que no geral é o que mais estão usando, por exemplo, para as merendas, eles tem outros mercados, nós como somos mais longe é a cebola, batata doce. O problema é que tudo o que a gente produz é comercializado nas feiras, não sobra muito para atender demais demandas. No mais, o aumento da produção não é possível, pois não há mão de obra disponível nas unidades familiares (A-7, 2019).

Também se observou que dos trinta e dois (32) membros do grupo, oito (08) são beneficiários da Previdência Social, sendo sete (07) aposentados por idade e um (01) pensionista. Segundo os depoentes A-3 e A-8 (2019), tais recursos também são utilizados para atender as demandas da propriedade.

De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG (2016), o acesso à Previdência Social Rural, além de contribuir para a subsistência do beneficiado e de sua família, é usado, em muitos casos, para o financiamento das atividades produtivas da unidade familiar, ocorrendo, assim, a continuidade da família no desenvolvimento da agricultura.

A Previdência Social Rural é uma importante política pública, se configurando deveras vezes como a principal e única fonte de acesso a renda

no meio rural brasileiro. Entretanto, para os agricultores familiares agroecológicos do Remanso, não se caracteriza como a principal forma de acesso a renda, mas sim como uma renda complementar, usada para as necessidades pessoais da família, bem como no financiamento da produção da unidade familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Grupo Agroecológico do Remanso pode ser considerado uma forma de resistência e resiliência frente ao modelo de desenvolvimento capitalista excludente adotado no país. Para continuar no meio rural, enquanto agricultores familiares, as famílias associadas ao grupo desenvolvem diversas estratégias de produção e reprodução social e econômica.

O grupo do Remanso está organizado e estruturado, mas não consegue ampliar sua produção, apesar da crescente demanda. As feiras, espaço de comercialização da produção, são realizadas semanalmente garantindo a entrada de renda ao produtor. Através das feiras passam grande volume de consumidores, que buscam alimentos mais frescos, saudáveis e acessíveis, se configurando enquanto uma alternativa para a produção familiar.

A carência de mão de obra nas unidades familiares dificulta a expansão da produção agroecológica; conseqüentemente, o grupo pouco acessa as políticas públicas de comercialização junto aos programas institucionais. A sucessão familiar também se apresenta como uma preocupação, havendo inclusive, por parte do grupo, inquietações no que se refere ao longo prazo à continuidade do grupo em estudo.

As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar não atendem por completo ao desenvolvimento da agroecologia realizada pelo Grupo Agroecológico do Remanso, o que é corroborado pela inexistência do acesso às políticas específicas, como é o caso do PRONAF linha Agroecologia.

Para os agricultores do Remanso, o que realmente desenvolve e fortalece a agroecologia é a organização em associação. Neste contexto, tem-se a ARPA-SUL auxiliando diretamente na produção, comercialização, distribuição e no acesso a empréstimo da própria instituição. Salienta-se que esta se configura como a principal estratégia encontrada pelos agricultores para investir em suas unidades familiares, considerando que, em alguns casos, os agricultores não se enquadram nos quesitos para ter acesso a determinadas políticas públicas.

Optar pela agroecologia como estilo alternativo de agricultura requer mudança de postura e de hábitos do agricultor, dos consumidores e do poder público. O agricultor realiza mudanças em todo o processo produtivo, passando a produzir alimentos mais saudáveis e ao mesmo tempo preservando o ambiente. Os consumidores estão cada vez mais atentos à qualidade dos produtos, incentivando a produção orgânica. Ao Estado cabe, entre tantas outras funções, oferecer recursos e políticas públicas que estimulem a manutenção e a reprodução da unidade familiar.

Desta forma, apesar dos avanços na elaboração e implementação das políticas públicas, as mesmas ainda não estão disponíveis para muitos agricultores. Atualmente, a conjuntura sócio política do país não vem se estabelecendo no sentido de ampliar os aportes para a agricultura familiar e sim no caminho oposto. A preocupação se amplia pelas mudanças políticas que afetam diretamente a agricultura familiar, como exemplo, cita-se: o cancelamento ou redução de recursos direcionados para as políticas públicas, o que inegavelmente afeta diretamente esses agricultores, bem como, também, a economia local de muitos municípios em quais sua base econômica está alicerçada na agricultura.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado que possibilitou a realização da pesquisa.

REFERÊNCIAS

AFUBRA, Associação dos Fumicultores do Brasil. **Notícias**, 2021. Disponível em: <<https://afubra.com.br/>>. Acesso em: 15 set. 2021.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BOAS, V. L. G. **Palavras e expressões ideológicas sobre a questão agrária**. Caminhos de Geografia. Uberlândia - MG v. 19, n. 66 Junho/2018 p. 1–18.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. 5 Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011, p. 147-158.

CENTRO ECOLÓGICO. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.centroecologico.org.br>> Acesso em: 21 Dez. 2018.

CONAB. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**. 2010. Disponível em: <<https://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 05 Jul. 2019.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: Resultados das Ações da Conab em 2017**. Compêndio de Estudos. Conab. V. 13, 2018. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br>> Acesso em: 10 Fev. 2019.

CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Previdência social rural: potencialidades e desafios**. Brasília, 2016.

COOPERATIVA SUL ECOLÓGICA. **Cooperativa Sul Ecológica de**

Agricultores Familiares Ltda. Disponível em:
<<http://cooperativasulecologica.blogspot.com>>. Acesso em: 06 Out. 2019.

DELGADO, G. C.; CARDOSO JÚNIOR, J. C. O idoso e a previdência rural: a experiência recente da universalização. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Brasília: IPEA, 1999, p. 1-23.

GIL, A. C., **Como elabora projetos de pesquisa**, São Paulo: Altas, 4 ed., 2010.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 Jun. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 Jun. 2019.

IDE, Hans-Ullrich. **A gente pega junto: protagonismo na agricultura familiar**. Porto Alegre, 2008, 116 p.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **SAF: Linhas de Crédito**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 23 Jun. 2019.

MATTEI, L. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: Balanço e perspectivas**. Texto para discussão no 05/2001. UFSC/Economia: Texto para Discussão nº 05, 2001.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, Julio C. de L.; PESSÔA, Vera L. S (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009. p.279-291.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Compras da Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://mds.gov.br>>. Acesso em: 23 Jun. 2019.

NAVARRO, Z. A Agricultura Familiar no Brasil: Entre a Política e as Transformações da Vida Econômica. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010. p. 185-209.

NUNES, E.M.; et. al. **Políticas agrárias e agrícolas no contexto do desenvolvimento do nordeste: evolução, desafios e perspectivas**. Revista Planejamento e políticas públicas, nº. 43, p. 91-126, 2014.

PLOEG, J. D. Van der. **The virtual farmer: past, present and future of the dutch peasantry**. Assen: Van Gourcum, 2003.

RODRIGUES, P. V. F. de A.; RAMOS, N. L. **Discursos sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) no Brasil e Rio Grande do Norte**. Revista Ciências Humanas – Educação e Desenvolvimento Humano – UNITAU, Taubaté/SP, v. 10, p. 126-141, 2017.

SAGAZ, D. A comercialização de alimentos ecológicos e a sensibilização do público urbano para a agroecologia: a experiência de uma ONG de agricultores no Vale do Itajaí (SC). In: LOVATO, P. E.; SCHMIDT, W.(Orgs.). **Agroecologia**

e sustentabilidade no meio rural. Chapecó: Argos, 2006, p. 71-84.

SOUZA, O. T. A quem pertence o espaço rural? Mudanças na relação sociedade e natureza e a dimensão pública do espaço rural. In: ENCONTRO DA REDE NACIONAL DE ESTUDOS RURAL, 1., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFF, 2006.

VEIGA, J. E. da. **O Brasil ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento.** Estudos Avançados 15 (43), 2001.

ⁱ O Centro Ecológico Ipê está localizado no município de Ipê/RS e desde 1985 trabalha para viabilizar avanços sustentáveis na produção agrícola, com o uso de tecnologias alternativas orientadas pela filosofia da preservação ambiental e da justiça social. Através de visitas, reuniões, cursos e oficinas de capacitação e planejamento, esse centro assessora organizações de agricultores familiares na produção, processamento e comercialização de alimentos ecológicos (CENTRO ECOLÓGICO).

ⁱⁱ Inclui aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e salário maternidade.

ⁱⁱⁱ Lei nº 11.326/2006 de 24 de Julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, determina quais são os agricultores que podem acessar o PRONAF.

^{iv} Japan Tobacco International (JTI) é uma empresa que está localizada em Genebra, na Suíça e possui uma planta de processamento de tabaco em Santa Cruz do Sul/RS.

^v É uma organização cooperativa que congrega os produtores ecologistas da microrregião de Pelotas, com mais de 150 famílias cooperadas, que produzem alimentos conforme os princípios da agroecologia. As atividades da cooperativa englobam a organização social da produção, através do planejamento realizado com os agricultores, com o objetivo de atender a demanda dos mercados que a cooperativa acessa, assim como a melhoria da qualidade de vida no meio rural (Fonte: <http://cooperativasulecologica.blogspot.com>).